

# Portugal na (e no Tempo da) Grande Guerra



Bernardini  
1926

## **Ficha Técnica**

Título: *Portugal na (e no Tempo da) Grande Guerra*

Coordenação e edição: Fernando Moreira; Orquídea Ribeiro; Susana Pimenta

Autores: Aires Fernandes, Ana Boura; António Fernando Cascais; António Pena; António Rebelo; Daniela Fonseca; Fábio Ribeiro; Fernando Moreira; Francisco Miguel Araújo; Maria do Carmo Mendes; Guida Cândido; Jorge Vaz Gomes; José Barbosa Machado; Luís Alberto Alves; Luís Damásio; Maria João Soares; Maria José Cunha; Maria Luísa Soares; Miguel Castro Brandão; Norberto Ferreira da Cunha; Otilia Lage; Pedro Vitorino; Teresa Araújo

Editor: UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Com o apoio do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Design gráfico e paginação: José Barbosa Machado

ISBN: 978-989-704-348-2

# Portugal na (e no Tempo da) Grande Guerra

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

FERNANDO MOREIRA  
ORQUÍDEA RIBEIRO  
SUSANA PIMENTA

**utad** UNIVERSIDADE  
DE TRÁS-OS-MONTES  
E ALTO DOURO

## Santa Isabel, medianeira da Paz e mãe da Pátria, na Grande Guerra

*António Manuel Ribeiro Rebelo*  
FLUC–CECH

Alves Redol (1911-1969), no seu último romance, *Os Reineiros*, cuja ação decorre desde os últimos anos da Monarquia até aos confrontos de Monsanto, em 1919, descrevia assim o ambiente que se viveu em Portugal aquando do armistício:

Os sinos das igrejas voltaram a repicar; as sereias dos navios e das fábricas encheram a cidade daquela nova, enquanto as ruas transbordavam de uma multidão exaltada, que via no fim da guerra o nascer de uma outra vida.

– O armistício! O armistício! VIVA A FRANÇA! VIVA A INGLATERRA! VIVA A REPÚBLICA! *O Século* e o *Notícias* publicavam edições extraordinárias. Grupos cantavam pelas ruas o hino nacional e todos confraternizavam do mesmo entusiasmo – burgueses e pés-descalços, velhos e crianças! Abraçavam-se desconhecidos; criavam-se amigos num olhar e num viva. Os cafés, as tabernas e os restaurantes enchiam-se de gente que vitoriaava o acontecimento com ceias. (...) Havia bandeiras pelas janelas e nas mãos de populares que percorriam a cidade, roucos de gritar e exuberantes de júbilo. (...)

Acabou-se tudo. As mulheres choravam de alegria, consolando as que tinham os maridos ou os filhos mobilizados. (...) – Acabou a guerra!.

É este o entusiasmo e felicidade que acompanha o fim de uma guerra, numa Europa assolada pela devastação da intolerância e do orgulho humanos.

Em muitos países da Europa, a comemoração do armistício da I Guerra Mundial reveste-se com a dignidade de feriado nacional. Assim acontece naqueles países cujos territórios foram rasgados pelas

trincheiras e ali mesmo serviram de sepultura a tantos homens que caíram longe da sua pátria, pela qual lutaram.

O mundo não havia conhecido até então guerra mais mortífera. Ainda hoje são muitos os que conhecem ou conheceram avós, pais, tios, familiares que integraram o contingente do Corpo Expedicionário Português e lutaram nos campos da Flandres, no inferno do vale de La Lys. É sobre o seu sacrifício que se ergue a esperança num futuro que se deseja melhor e solidário.

Não foi por acaso que os marechais Joffre e Foch insistiram em que o tratado que punha termo às hostilidades entre a Alemanha e os Aliados fosse assinado na floresta de Compiègne, às 11 horas do dia 11 do 11 (novembro). A I Grande Guerra havia sido essencialmente uma batalha da infantaria. Dia 11 de novembro era e é dia de S. Martinho, um dos santos padroeiros da França e patrono da infantaria francesa. Mas S. Martinho é também o soldado romano que troca a luta das armas pela luta espiritual contra o mal.

Embora S. Martinho fosse soldado e essa qualidade lhe tivesse valido algumas críticas, depois da sua conversão, tudo procurou fazer para alcançar a paz. O conhecimento que teve dos horrores da guerra terá seguramente contribuído para tomar a decisão de se retirar do mundo e de optar por uma vida de santidade, abandonando a vida de soldado de César e abraçando a condição de soldado de Cristo, combatendo um combate espiritual.

Em Coimbra encontram-se as relíquias de uma outra santa que pautou a sua ação na terra pela promoção incondicional da paz, tanto em Portugal, como nos reinos vizinhos: Santa Isabel, rainha e viúva.

Foram incontáveis as situações em que também ela pugnou pela paz.

A primeira pacificação coincidiu com o seu nascimento, que teve o dom de congraçar seu pai, o príncipe D. Pedro, com seu avô D. Jaime I, rei de Aragão, que andavam desavindos.

Mais tarde, quando estava a ser negociado o casamento de D. Isabel e D. Dinis, iniciam-se as hostilidades entre o rei de Portugal e seu irmão, D. Afonso, senhor de Portalegre e Arronches. A futura rainha de Portugal intercede para que se congracem entre si el-rei seu

noivo e o infante, seu futuro cunhado. Ao longo da vida, voltaria a intervir nesta contenda, perigosamente fraticida, por mais duas ou três vezes, em que o país esteve à beira da guerra civil. Na disputa final, D. Isabel teve uma influência decisiva, pois não hesitou em ceder graciosamente Sintra e Ourém ao cunhado, duas belíssimas vilas que lhe pertenciam, privando-se, assim, de um rendimento anual elevadíssimo, para que se pudesse negociar a paz entre o rei e o irmão.

Mais grave ainda foi uma disputa, que veio amargurar e enlutar os últimos anos de D. Dinis, dando-lhe um triste fim de reinado. Referimo-nos às guerras movidas pelo único filho legítimo e herdeiro de D. Dinis e D. Isabel, o infante D. Afonso, contra o próprio pai e soberano, com ciúmes de D. Afonso Sanches, filho ilegítimo do rei. Foram dias de grande amargura para D. Dinis e de grande provação e angústias para D. Isabel! Nesta guerra civil, que durou, com intermitências, desde 1319 até 1324, D. Isabel foi uma verdadeira heroína. É famosa a sua intervenção na batalha de Alvalade.

Foi também a promotora da paz num plano mais internacional, através da intervenção de D. Dinis, que saiu dessas missões mais cheio de prestígio, mais considerado e respeitado pelas cortes estrangeiras, que o reputavam como o primeiro rei do seu tempo. As convulsões em Castela, com interferências do rei D. Jaime de Aragão, irmão da Rainha Santa, e, mais tarde, do rei de Navarra, apoiado pelo rei de França, só cessaram com a promoção de conferências de paz que tiveram a sua intervenção, como hoje sabemos pela correspondência descoberta na segunda metade do século passado (Rodrigues 1958). Em 1303, toda a Península entrara em ebulição. Todos os contendores viam em D. Dinis um trunfo poderosíssimo e procuravam conquistá-lo. D. Isabel escreveu a seu irmão D. Jaime. Nessa carta, a rainha revela que estava combinada, há muito, uma entrevista, que vinha sendo adiada, entre o rei de Castela e o de Portugal; desejava a Santa Rainha que a essa conferência assistisse o rei de Aragão; e ela também lá estaria, para ver se tudo se compunha. O resultado final, em grande parte devido à ação inteligente e dedicada de D. Isabel, foi de um êxito sem precedentes. Vieram todos os contendores a acordar na

constituição dum tribunal arbitral presidido por D. Dinis, que se deslocou para Aragão numa marcha triunfal e uma comitiva de mais de mil pessoas que formava o grande e faustoso séquito real. Na raia, que limitava os reinos de Castela e Aragão, convergem as famílias reais portuguesa, castelhana e aragonesa. Pronuncia-se ali, em agosto de 1304, a sentença arbitral, que a todos agrada. Celebram-se então festas esplêndidas, em que o rei e a rainha de Portugal se erguem ao mais alto grau de prestígio, pois são os verdadeiros heróis nestas honras de triunfo. A nossa Rainha Santa foi a grande cooperadora, a eficaz auxiliar, muitas vezes, a inteligente conselheira d'el-rei seu marido, tanto nos negócios internos do reino, como na política externa.

Veio a morrer, vítima da sua dedicação, quando trabalhava por extinguir mais uma guerra. Ao chamá-la Deus à Sua divina glória, achava-se a Rainha Santa Isabel em Estremoz, aonde acorrera para pôr termo a desentendimentos que haviam surgido entre seu filho, o rei de Portugal, e o rei de Castela, D. Afonso XI, seu neto.

A dedicação de Santa Isabel ao serviço da paz, salvando a nação, algumas vezes, de calamitosas guerras civis e promovendo o bem-estar do reino e de todos os portugueses, levou a Igreja a invocá-la como «Mãe da paz e da pátria» – *Pacis et patriae Mater*.

Curiosamente, na América Latina, sobretudo, do México ao Perú e à Argentina, a Rainha Santa Isabel é considerada a padroeira dos territórios em guerra. Esta influência dever-se-á ao facto de Santa Isabel ter sido canonizada em 1625, no reinado de Filipe III, em plena união ibérica. Foram faustosas as cerimónias de canonização em Roma e as festas que se seguiram em Madrid e em Coimbra. Por todo o império se espalhou a fama da nova santa, uma santa pacificadora, que Filipe III quis promover a conciliadora da união de vários reinos que outrora se digladiavam: Portugal, Castela e Aragão. Nas colónias, sobretudo as de longitudes americanas, Santa Isabel passou a ser venerada com este merecido prestígio de construtora da paz entre nações em guerra.

As festas da Rainha Santa, em Coimbra, eram das mais esplendorosas a nível nacional. Depois da instauração da República,

as convulsões sociais e políticas, aliadas a um anticlericalismo por vezes exacerbado, não permitiam que se criassem condições para a realização das festas da Rainha Santa, cujas procissões haviam sido suspensas desde 1910.

Lentamente, a imprensa começa a dar nota da necessidade de se retomarem as antigas festas. Em 1912, a Associação Comercial, a Câmara Municipal e da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra reúnem-se para discutir a questão (*Gazeta de Coimbra* 1912: nº 79):

Enquanto estiver tão arreigada como está a crença popular pela Padroeira de Coimbra, esta festa deve fazer-se. Falou-se disto mesmo na reunião de domingo e concordou-se em haver vantagem em coincidirem as festas religiosas da Rainha Santa com as da cidade. Assim o entendemos também, e isto sem carolice, mas simplesmente pelo desejo que temos de não deixar morrer uma festa que chegou a ser a primeira dentre as mais aparatosas que se, faziam em Portugal e à qual concorriam nunca menos de 30.000 pessoas.

Com o eclodir da Grande Guerra, a pressão para se realizarem as festas em honra da mãe da paz aumentam. Em 1915, finalmente, retomam-se as grandes festas, com as afamadas e seculares procissões, apesar do receio de possíveis descatos por parte dos opositores à Igreja.

A imprensa justificava a realização das festas, tanto por força da tradição histórica das mesmas, como pelos grandes méritos da grande Santa e Padroeira de Coimbra que com elas era venerada, desvinculando a santidade da condição régia, óbice maior para os Republicanos (*Gazeta de Coimbra* 1915: nº 412):

Realisaram-se os festejos em homenagem á Rainha Santa, Padroeira de Coimbra, e o seu êxito correspondeu á justa fama que eles teem ha muitos anos.

Coimbra encheu-se de forasteiros durante cinco dias, tendo chegado a faltar quartos nos hotéis, hospedarias e casas particulares que recebem hospedes. Muita gente dormiu pelas ruas, pelos passeios e no arial do rio.

...



Isabel d'Aragão, esposa de el-rei D. Dinis e rainha de Portugal foi um modelo de virtudes, na sua fé, na sua abnegação das grandezas da vida, nos actos constantes de caridade que praticava, na sua influência como medianeira da paz, pois naqueles tempos eram frequentes as lutas guerreiras em que o reino se via envolvido.

Quantas vidas poupou Ela com a sua intervenção na paz? Foi pela paz que se apressou a sua morte, pelo extenuamento das suas forças na grande jornada que empreendeu a Estremoz para promover a concórdia entre seu filho D. Afonso iv e o seu neto D. Afonso xi de Castela, que andavam em luta.

Porventura não serão estes feitos dignos das homenagens que os conimbricenses tributam à sua memória? Então só porque a sorte lhe concedeu a coroa e o ceptro reais, não tem Ela direito às mesmas homenagens que se prestam às grandes sumidades na ciência, nas artes, na política, nas letras, etc., etc.?

Num balanço publicado na imprensa local podemos ter uma ideia de como decorreram as festas nesse mês de julho de 1915 (*Gazeta de Coimbra* 1915: nº 413):

O que acaba de passar-se em Coimbra com as festas á Rainha Santa presta-se a variadas considerações. Decorreram quatro anos sem que estas festas se realizassem, parecendo que a esposa do rei D. Dinis estava esquecida na crença e devoção populares.

Um dia surgiu na imprensa a ideia de se fazerem este ano os festejos com as procissões na rua, e bem depressa se principiou a notar um certo movimento favorável a esta opinião.

(...)

Chegou o primeiro dia dos festejos, a quinta-feira, em que essa famosa estátua que a mão de Teixeira Lopes tão primorosamente esculpiu, tinha de fazer a sua entrada na cidade entre galas e demonstrações de júbilo.

A cidade encheu-se como nunca nessa noite.

Mais de cinquenta mil pessoas quiseram prestar à padroeira da nossa terra ó preito da sua fé.

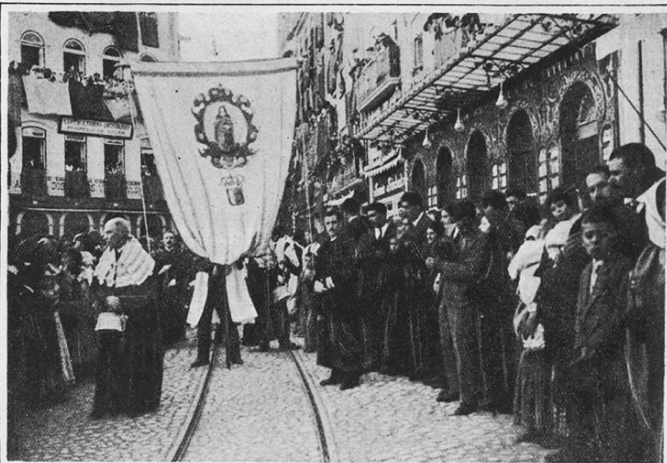
Nunca se viu tanta gente em Coimbra na noite da vinda da santa para a igreja de Santa Cruz, nem nunca essa procissão atravessou as ruas da cidade com mais respeito nem causou mais lágrimas de comoção.

*Festas da Rainha Santa em Coimbra*



A imagem de santa Isabel, obra do genial artista Peixeira Lopes.

A assistência esperando a passagem da procissão, na Rua Ferreira Borges



A procissão no Largo Miguel Bombarda, onde se veem os lentes da Universidade com as suas insígnias (Cliche do sr. Nery Ladeira).

Fotografias das festas de 1915 publicadas em *Ilustração Portuguesa*,  
2ª série, nº 491, de 19.7.1915 (p. 91)

Noutra notícia sobre o rescaldo das festas diz um dos jornalistas (*Gazeta de Coimbra* 1915: nº 413):

A uma velhinha de fóra da cidade ouvi esta sentida exclamação:  
– Ai, Rainha Santa! Já posso morrer descansada porque já te tornei a ver na rua!

O povo é assim. Ninguém lhe arranca a sua crença com tão fundas raízes.

Apesar de receios e de dúvidas sobre o êxito das festas, é ver os muitos milhares de pessoas que aí animaram a cidade durante uns poucos de dias. Tão grande foi a concorrência, – que não falta quem afirme que nunca foi maior em número nem melhor em qualidade. Numas festas que duraram cinco dias, feitas algumas delas em ruas estreitas e tortuosas, nem um conflito, nem uma prisão por motivo de desordem!

No início de 1917, chegam à Flandres os primeiros soldados do Corpo Expedicionário Português. Com a participação activa de Portugal na Grande Guerra, o povo acode fervorosamente ao tûmulo da sua excelsa medianeira da paz. Eram muitas as romarias provenientes de todo o país, apesar dos protestos e ameaças da carbonária.

Nos jornais da época sucedem-se as celebrações de missas na igreja da Rainha Santa, mandadas celebrar pelos familiares dos soldados portugueses mobilizados (*Gazeta de Coimbra* 1917: nº 578):

É amanhã, como já noticiámos, que no histórico templo de Santa Cruz continua a devoção dominical em honra da Rainha Santa, devoção esta que tem por fim interceder junto da excelsa Padroeira de Coimbra, a sua protecção para os nossos soldados em guerra.

Às quartas feiras continua ali a celebrar-se missa, às 10 horas, pela mesma intenção. No ultimo domingo de cada mês as preces celebram-se no mosteiro de Santa Clara, também às 13 horas, estando em exposição até às 15 o precioso tumulo da Rainha Santa.

Depois das festas da Rainha Santa desse ano de 1917, as celebrações já estavam consolidadas e plenamente reintegradas no ritmo normal do calendário urbano (*Gazeta de Coimbra* 1917: nº 578):

As festas á Rainha Santa realizaram-se na terça feira sem o minimo incidente desagradavel, e viu-se até que a cidade se despovoou para ir em romaria ao templo onde se guarda o corpo venerando da Padroeira de Coimbra.

Depois das festas, os devotos acorriam a todas as manifestações religiosas junto do túmulo da Rainha Santa, onde se organizavam múltiplos momentos litúrgicos (*Gazeta de Coimbra*: 1917: nº 625):

Revestiu grande imponencia a festa da Consagração do mês da Rainha Santa que ontem se celebrou no velho mosteiro de Santa Clara, que regorgitou.

De manhã houve missa soléne e á tarde, Ladainha, *Te-Deum* e sermão pelo reverendo abade de Anta, e foi sem duvida uma das mais belas peças de oratória do notável orador sagrado, pois todo ele foi uma apoteose ás virtudes da excelsa Padroeira de Coimbra. A' solenidade da tarde presidiu o rev.mo Bispo de Coimbra.

O templo encheu-se completamente e muitas pessoas não puderam entrar no templo.

Mais de 4:000 pessoas concorreram ontem ali.

Esta festa foi levada a efeito por um grupo de senhoras.

Publicam-se também poesias em honra da Rainha Santa, como a de Antero Leite, que era acompanhada de música do Dr. Elias de Aguiar (*Gazeta de Coimbra* 1917: nº 625):

### **Rainha Santa**

#### I

Rainha que estais nos ceus  
Santa Isabel de Aragão  
Ouvi-nos junto de Deus  
A nossa humilde oração.

#### Côro

Velai pelos portugueses  
Na guerra dura e cruel.  
Protegei-os dos revezes  
Rainha Santa Isabel.

...

## III

Dai-nos paz do ceu á terra  
 Consolação, alegria;  
 Livrae o mundo da guerra  
 Padre Nosso e Avé Maria.

Publicam-se também cartas de militares devotos de Santa Isabel (*Gazeta de Coimbra* 1917: nº 626):

Já recebi aqui a *Gazeta*, muito lhe agradeço por se lembrar de mim. (...) Tenho-lhe a dizer que já fui quatro vezes ás trincheiras e tenho sido muito feliz. Soube que fizeram as festas da Rainha Santa. Tive imensa pena de a não ver, porque a procissão é coisa que muito admiro. E' uma santa que eu adoro. Trago comigo o retrato dela e todos os dias olho para ela. Muitas saudades—França, 19 de Julho de 1917.— Casimiro Pires.

Emotiva é a reação do poeta e jornalista Augusto Casimiro, que serviu na Flandres com a patente de capitão. Uma vez regressado, expressa a sua profunda dor e indignação, pintando um quadro bem vivo da amarga e dura realidade da guerra e lançando uma súplica à Rainha Santa (*Gazeta de Coimbra* 1918: nº 687):

Prometi um artigo á *Gazeta de Coimbra*. Promessa de amizade se a não cumprimos mal nos fica a alma... E eu tenho, sinto um vivo desejo de me fazer ouvido por algumas almas... Para dizer-lhes... Nem eu sei bem. Um soldado que regressa da atmosfêra torva e violenta da guerra, sempre ansiosa e opressa se não continuamente dramatica para, no remanso da casa familiar reviver, retomar forças e humanisar o sentido – a escrever, a falar para alguém –, não esquecerá decerto a guerra, (...)

Mas deixem que palavras de acusação aí fiquem, magoadas e dolorosas de protesto...

Já alguém disse que o exilio de França é o peor dos exílios... Porque, no perigo e em serviço de Deus e da Patria, não chega lá, aos soldados de Portugal, uma sombra de carinho, um ar do afecto que

lhes devem todos quantos ficaram... E o soldado queixa se. Quantos terão renegado num momento excitado, a terra ingrata que assim os esquece para se mutilar, desonrar nas contendidas intestinas que são crimes de lesa Patria e contra o Senhor?

(...)

Coimbra tem dois batalhões na frente francesa. Ambos partiram com honra e tem honrado, lá, nas horas mais duras e sempre, esta doce terra de á beira Mondego...

Nos cemiterios de guerra, entre camaradas, sob os olhos de Deus, repousam, dormem um heroico somno, filhos teus, ó Coimbra!...

Nas linhas onde se morre, os teus filhos recordam-te, resam-te, nos abrigos humildes e ao parapeito rasado de morte, nas horas brancas e longas, das longas noites de inverno...

Nas horas desvairadas e formidáveis que antecedem os ataques, sob os morteiros, na chuva furiosa de fogo, entre o zumbir uivado dos estilhaços, – os teus filhos invocam-te, ó Rainha Santa!...

Sucedem-se as missas e orações, como testemunha a mesma imprensa (*Gazeta de Coimbra* 1918: nº 707):

Pelos nossos soldados

Na quinta-feira celebra-se na Sé Catedral uma missa de *requiem* por alma dos estudantes mortos em campanha sendo celebrada pelo sr. Bispo-Conde.

Pregará o sr. Dr. Gonçalves Cerejeira, professor da Faculdade de Letras.

Durante a missa serão cantados pelo Orfeon Académico alguns trechos de musica sacra.

Este piedoso acto é mandado celebrar por alguns estudantes em homenagem á memoria dos seus colegas falecidos.

No proximo dia 2 a mēsa da Confraria da Rainha Santa manda celebrar, pelas 11 horas e meia, missa e *Libera me* por alma dos soldados portugueses mortos em campanha.

Como podemos constatar, enquanto rainha e construtora da paz, entre membros da sua família e entre nações, a Rainha Santa Isabel foi uma das intercessoras privilegiadas a que os fiéis portugueses recorreram durante a I Guerra Mundial. Numa altura em que os

acontecimentos de Fátima eram ainda pouco conhecidos, a mediação da Rainha Santa na proteção dos nossos soldados, pela paz e pelo fim da guerra representa a parte de leão dos pedidos que os fiéis faziam junto do seu túmulo.

Muitas súplicas terão sido atendidas, pois foi a partir dessa época que a Confraria teve um período economicamente folgado com o cumprimento de muitas promessas. Na sequência desse fluxo religioso intenso, foi possível, no início dos anos 30, que o Doutor António de Vasconcelos, presidente da Confraria, tivesse mandado fazer várias alfaias litúrgicas, e.g., os candelabros e paramentos da igreja, e bem assim outras peças para uso festivo, como as famosas lanternas que, ainda hoje, são levadas nas procissões da Rainha Santa. Considerando que as receitas superavam largamente as despesas correntes, o Doutor Vasconcelos achou por bem implementar uma ideia antiga, que já trazia em mente desde o início dos anos 90 do séc. XIX, quando assumiu, pela primeira vez, a presidência da Confraria: a criação de uma obra assistencial em favor de meninas desvalidas ou transviadas.

A Mesa redigiu um projeto à Reforma do Compromisso, acomodado às condições de então, no qual se modificou o carácter da Corporação. Além de uma instituição de piedade, passou simultaneamente a assumir condição de instituição de Beneficência, destinando a este objectivo nada menos do que metade de todas as receitas, pois estava provado pela experiência que a outra metade, bem administrada, chegava para satisfazer todas as despesas com a conservação do edifício, vencimentos do pessoal, e encargos de piedade. Até então, a metade dos rendimentos destinada a Beneficência, era distribuída pelos institutos de caridade e assistência de Coimbra. A Confraria decidiu então criar um instituto privativo para exercer diretamente a caridade, como fazia a sua excelsa padroeira, o qual seria denominado Instituto ou Casa, ou Recolhimento, ou Colégio da Rainha Santa Isabel. Nasceu, assim, o “Refúgio da Rainha Santa para Raparigas Infelizes”, que ainda hoje existe com a mesma finalidade, mas com o nome adaptado aos tempos modernos: a Casa de Formação Cristã “Rainha Santa”.

Esta instituição foi criada, em 1930, pela Confraria da Rainha Santa à imitação do que Santa Isabel fizera em Coimbra: uma casa de recolhimento para regeneração e reeducação de jovens que tinham caído em degradação moral e social, que eram recolhidas das ruas, reabilitadas e restituídas à sua dignidade, procurando a instituição também “preservar e amparar” as jovens que se encontrassem em risco.

O „Refúgio da Rainha Santa“, como se chamava quando foi criado há quase 90 anos, tem-se dedicado, de alma e coração, com zelo e amor, a formar milhares de jovens pobres, expostas aos perigos da sociedade, e fez delas donas de casa exemplares. Aqui aprenderam hábitos de higiene, receberam uma alimentação adequada, educação consoante as suas capacidades, chegando a conseguir alcançar cursos Técnico-Profissionais e até cursos Superiores, a fim de poderem ser lançadas no mundo do trabalho e de se inserirem dignamente na Sociedade.

Atualmente a Casa de Formação Cristã “Rainha Santa” tem por objectivo desenvolver atividades de ação social, nomeadamente no apoio e protecção de crianças e jovens do sexo feminino dos 10 aos 18 anos, em situação de risco, sendo aí colocadas por Acordo de Promoção e Protecção ou decisão judicial.

A educação e instrução aí ministradas visam assegurar a estas meninas o harmonioso desenvolvimento físico e psíquico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional que lhes possibilite uma correta integração na Sociedade, tentando incutir-lhes a autoestima, a paz, a tranquilidade e os valores que os ambientes donde provêm não lhes puderam ou não souberam dar.

Esta instituição foi, durante muitas décadas, suportada financeiramente por metade das esmolas e donativos que os fiéis ofertavam a Santa Isabel junto do seu túmulo, segundo determinavam os novos estatutos da Confraria, que o Doutor Vasconcelos fez aprovar nessa mesma altura. A Rainha Santa fazia, assim, brotar mais uma rosa, desta feita, no meio dos horrores de um campo de batalha.

O primeiro padre assistente nomeado pelo bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva, para acompanhar, no início, esta



nova instituição chamava-se Américo Monteiro de Aguiar. Pouco sabemos do que ele terá sentido nessa experiência. Podemos especular que, vendo o bem que essa obra representava para a dignificação e educação das jovens das ruas de Coimbra, nela se terá inspirado para fundar uma obra idêntica, mas destinada aos gaiatos mais carenciados de Coimbra. Nascia, assim, a Casa do Gaiato, esse grande projeto que dá pelo nome de Obra da Rua.

São ínvios os caminhos do Senhor, pelo que não deixa de ser impressionante como a devoção de muitos dos nossos soldados e seus familiares na Grande Guerra permitiu, sob inspiração de Santa Isabel, que fossem criadas instituições tão promotoras da paz social e que ainda hoje representam uma mais-valia social num mundo ainda muito carente de amor e de paz.

### **Referências Bibliográficas**

*Gazeta de Coimbra*, 3 de Abril de 1912, A. I, nº 79.

*Gazeta de Coimbra*, 10 de Julho de 1915, A. V, nº 412.

*Gazeta de Coimbra*, 30 de Abril de 1918, A. VII, nº 707.

*Gazeta de Coimbra*, 9 de Março de 1918, A. VII, nº 687.

*Gazeta de Coimbra*, 4 de Agosto de 1917, A. VII, nº 626.

*Gazeta de Coimbra*, 1 de Agosto de 1917, A. VII, nº 625.

*Gazeta de Coimbra*, 10 de Fevereiro de 1917, A. VI, nº 578.

*Gazeta de Coimbra*, 10 de Julho de 1915, A. V, nº 413.

*Ilustração Portuguesa*, 2ª série, nº 491, de 19.7.1915, 91.

Redol, Alves (1976): *Os Reineiros*. Lisboa: Publicações Europa-América.